

ATA DA 472ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZENOVE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

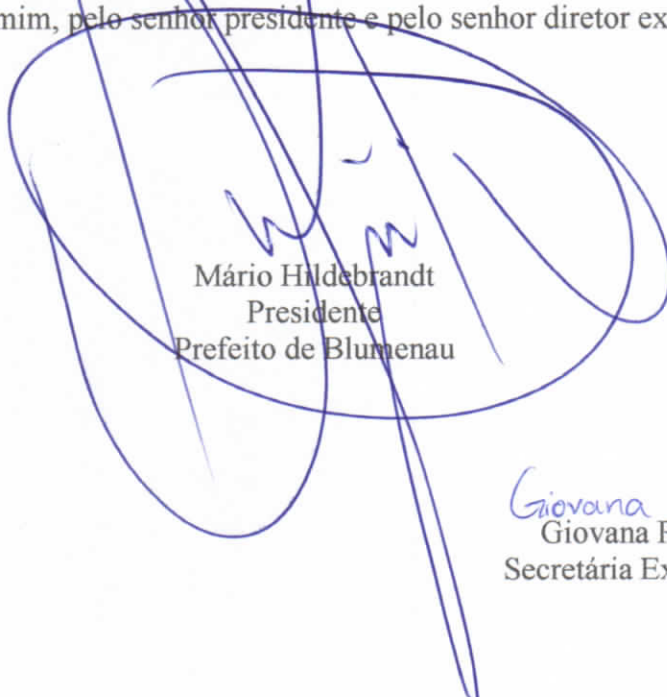
Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às quinze horas, no auditório menor da AMMVI, em Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima septuagésima segunda Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Blumenau, senhor Mário Hildebrandt, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a presença do senhor José Gerson Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; do senhor Lairton Antonio Possamai, prefeito do município de Acurra; do senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; do senhor Mário Hildebrandt, prefeito do município de Blumenau; do senhor Juliano Montibeller, engenheiro civil do SAMAE de Brusque, representando o senhor Jonas Oscar Paegle, prefeito do município de Brusque; da senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; do senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Jorge Stolf, vice-prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; do senhor José Rafael Corrêa, diretor executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos, e constatando quórum estatutário, deu início à reunião. Em seguida, apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Saneamento e Meio Ambiente (Diagnóstico e TAC, Barragens, Comitê do Itajaí); 3 – Saúde; 4 – Especialização IFSC; 5 – Parceria França; 6 – Agendas; 7 – Assuntos Gerais. Tratando do item um da pauta, foi confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por correio eletrônico, e não havendo manifestações contrárias, esta foi aprovada por unanimidade. Passando ao item dois, o presidente informou que seria dada a palavra ao promotor de justiça Leonardo Todeschini posteriormente, e então passou ao senhor José Rafael Corrêa, Diretor Executivo da AMMVI, que informou os prefeitos acerca do ofício encaminhado à Agência Nacional de Águas (ANA) questionando acerca da fiscalização de barragens, e que foi enviada resposta informando que a entidade responsável pelas barragens de contenção de cheias em Santa Catarina é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS). Diante disto, foi encaminhado ofício à referida Secretaria, e foi recebida resposta informando que o material solicitado será encaminhado. Informou ainda que no mesmo período, a AMMVI recebeu uma correspondência do Procurador da República Anderson Lodetti de Oliveira, da Procuradoria da República Polo nos municípios de Caçador, Rio do Sul e Joaçaba, com cópia de uma recomendação feita ao Ministério do Desenvolvimento Regional e à Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina, solicitando que se tome providências com relação à algumas questões da barragem de José Boiteux. Diante disto, serão encaminhados ao Ministério Público Federal os ofícios enviados pela AMMVI, bem como as respostas recebidas, para que tenham ciência. O senhor José Rafael Corrêa ainda citou que, em reunião de diretoria, foi sugerido convidar o prefeito de José Boiteux para que venha explicar como está a situação da barragem naquele município, e que poderiam ser convidados membros da comunidade indígena também, tendo em vista o trabalho que a Universidade Regional de Blumenau (FURB) tem realizado nesta área; após deliberação, aprovou-se o encaminhamento destas agendas. Em seguida, o presidente abordou a questão do Comitê do Itajaí, que já foi tratada em reunião da Diretoria Executiva, mas que deve ser aprovada em Assembleia também. Passou novamente a palavra ao Diretor Executivo da AMMVI, que comentou acerca do ofício recebido pelo Comitê do Itajaí, onde é solicitado se a AMMVI tem

46 interesse em atuar como entidade executiva do Comitê. Novamente com a palavra, o senhor Mário
47 Hildebrandt salientou que não haverá custos para a Associação, e será possível manter um
48 acompanhamento próximo do que for tratado; citou ainda que este processo deve durar um ano, e que
49 ao final deste período, pode haver votação em Assembleia novamente. Após deliberação, a questão
50 foi aprovada por unanimidade. Tratando-se do item três, este será abordado na próxima Assembleia.
51 Passando ao item quatro, foi dada a palavra ao senhor José Rafael Corrêa para tratar acerca da
52 proposta de especialização em gestão pública em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina
53 (IFSC), onde este comentou acerca das tratativas feitas até então, e apresentou a versão final da matriz
54 curricular da especialização enviada pelo IFSC, que contabiliza 480 (quatrocentas e oitenta)
55 horas/aula, sendo metade presencial e metade à distância. Ainda apresentou as matérias e carga
56 horária de cada uma, e informou que o IFSC solicita que a AMMVI contrate parte dos professores,
57 compre dez notebooks para doar ao Instituto, e ainda compre uma quantidade de livros que some a
58 quantia de R\$10.000,00 (dez mil reais), tendo em vista que a entidade não pode receber repasse de
59 recursos financeiros de alunos ou de outras instituições. O senhor José Rafael Corrêa ainda informou
60 que o investimento total por aluno sairia em torno de R\$1.562,00 (hum mil quinhentos e sessenta e
61 dois reais); que de 50 (cinquenta) vagas oferecidas, 40 (quarenta) serão para a AMMVI e 10 (dez)
62 para o IFSC, e destas vagas da Associação, demonstrou a proposta de divisão entre os municípios,
63 Associação e consórcios. Salientou ainda que, para que a AMMVI possa fazer este investimento, é
64 necessária aprovação em Assembleia, e a questão também será apresentada para parecer do Tribunal
65 de Contas do Estado (TCE/SC), pois a ideia é iniciar o curso no primeiro trimestre do próximo ano.
66 Novamente com a palavra, o senhor Mário Hildebrandt informou que a Diretoria Executiva é
67 favorável à proposta apresentada, inclusive na divisão das vagas. Salientou também que os municípios
68 devem decidir a questão do processo seletivo com a AMMVI, e que deve solicitar-se aos servidores
69 que os trabalhos de conclusão do curso tenham enfoque em sua área de atuação. Para que se dê os
70 encaminhamentos, o presidente solicitou aprovação, e não havendo manifestações, foi aprovado por
71 unanimidade. Tratando-se do item cinco, foi dada a palavra ao senhor José Rafael Corrêa, que
72 comentou acerca dos custos para realizar a parceria com a França, que contabilizando o pagamento
73 dos técnicos, hospedagem, passagens aéreas e os eventos que serão realizados, ficará em torno de
74 R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Ressaltou ainda que será necessária a participação efetiva dos
75 municípios, inicialmente para responder o questionário que será enviado para levantamento da
76 situação atual de cada um, referente a planos existentes e ações desenvolvidas. Tomando a palavra, o
77 presidente da AMMVI reforçou que esta iniciativa visa preparar os servidores para que deem
78 continuidade a uma série de ações, em especial na questão de prevenção e resiliência, bem como em
79 inovação para o município. Também citou que cada município deve designar pelo menos um servidor
80 para assumir o processo de gestão deste projeto, para que haja um acompanhamento efetivo do
81 trabalho realizado. Já tratando dos assuntos gerais, item sete, o senhor Mário Hildebrandt informou
82 que esteve em Brasília na última semana, onde conversou com o deputado federal Darci de Matos,
83 membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que discutiu a reforma da previdência
84 social, e este colocou-se à disposição para vir fazer uma apresentação aos prefeitos sobre a referida
85 reforma e suas implicações, bem como sobre o que tem sido discutido em Brasília acerca desta
86 questão. Em seguida, o presidente questionou se há interesse dos prefeitos de marcarem esta agenda,
87 o quais se mostraram favoráveis, e ficou acordado que será verificada uma opção de data e informada
88 posteriormente. Na sequência, o senhor José Rafael Corrêa informou acerca do evento de Mobilidade
89 Urbana Sustentável, que será realizado no dia dez de maio em parceria com o Instituto FURB, onde
90 será feito o pré-lançamento da pós-graduação em Mobilidade Urbana da FURB. Haverá palestras do

91 professor doutor Fernando Nunes da Silva, do Instituto Técnico Superior da Universidade de Lisboa,
92 que inclusive já atuou no governo de Lisboa como secretário de mobilidade urbana, e também do
93 senhor Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida, diretor do Departamento de Planejamento e Gestão da
94 Mobilidade e Serviços Urbanos da Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos, do
95 Ministério de Desenvolvimento Regional. Solicitou então que os municípios encaminhem servidores
96 das áreas de interesse para participarem do evento, que será realizado na sede da Associação. Em
97 seguida, foi aberta a palavra aos prefeitos, e o senhor Ércio Kriek comentou que esteve em viagem à
98 Alemanha no último ano, na região da antiga Pomerânia, onde há uma Associação de Pomeranos, e
99 que os cidadãos de lá demonstraram interesse de que se crie uma Associação igual na região da
100 AMMVI. Citou ainda que há um prazo para que se crie esta Associação até dia 01 de julho do corrente
101 ano, e diante disto, será realizada uma reunião em Pomerode para tratar desta questão no dia 16 de
102 maio, às oito horas e trinta minutos, e o convite está estendido a todos os prefeitos que tiverem
103 interesse em participar. Com a palavra, o presidente da AMMVI ainda sugeriu que, caso algum
104 prefeito não possa estar presente, que encaminhe um representante da área da cultura, pois esta é uma
105 temática relevante para nossa região. Novamente com a palavra, o senhor Ércio Kriek comentou que
106 esteve na reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Vale do Itajaí, realizada em Rio do Sul, onde
107 foi tratado acerca do projeto para implantação de usina de extração de xisto em Papanduva, e que
108 estão havendo manifestações contra este projeto, pois a extração de xisto pode trazer muitos
109 malefícios para toda a região na área ambiental. Aproveitando o ensejo, o senhor Mário Hildebrandt
110 citou que pretende-se realizar uma reunião desta Frente Parlamentar na AMMVI também, bem como
111 na AMFRI, e assim que estas forem agendadas, os prefeitos serão informados. Retomando o item
112 dois, o senhor Mário Hildebrandt convidou o promotor de justiça Leonardo Todeschini para se juntar
113 à mesa de autoridades, e agradeceu por sua disponibilidade. Em seguida, se desculpou por ter que se
114 ausentar para outro compromisso inadiável, e passou a condução dos trabalhos à senhora Simoni
115 Mercia Mesch Nones, vice-presidente institucional da AMMVI. Com a palavra, o senhor Leonardo
116 Todeschini cumprimentou a todos e agradeceu pela oportunidade, citando que visa esclarecer algumas
117 temáticas, e que está aberto a perguntas e questionamentos. Primeiramente, abordou a questão do
118 diagnóstico socioambiental, elogiando o trabalho desenvolvido pela Assessoria de Saneamento e
119 Meio Ambiente da AMMVI, destacando que ele é um estudo técnico para viabilizar um planejamento
120 socioambiental no município, pois em situações onde se constata ocupação consolidada em APP, a
121 legislação permite uma certa flexibilização. Citou ainda que a realidade da nossa região é muito
122 distinta, pois a ocupação desde cedo foi feita às margens de rios, e que é necessário trazer estas
123 ocupações para a legalidade, dando segurança ao indivíduo que tem imóvel nessa condição. Salientou
124 ainda que esta é uma questão polêmica, pois a posição jurídica e a legislação mudam com muita
125 frequência, e que nem mesmo no Ministério Público (MP) há unanimidade com relação a isto. Citou
126 ainda que será feito trabalho internamente no MP para resgatar os enunciados sobre as APPs, para
127 que haja um posicionamento oficial. Falou ainda que a AMMVI, juntamente com o MP, desenvolveu
128 o diagnóstico para os municípios da região, e citou que está havendo uma certa resistência para
129 aprová-lo em razão de que há legislação local mais permissiva. Em seguida, salientou que está se
130 buscando uma solução segura juridicamente com o diagnóstico, que é feito com embasamento
131 jurídico e técnico, e dará segurança ao município em uma temática tão instável. Em seguida, solicitou
132 que os prefeitos repassem aos técnicos dos municípios a importância deste diagnóstico, e que o
133 promotor de justiça da comarca também seja envolvido na discussão, pois ele que dará segurança
134 para o município tomar decisões acerca de aprovações de loteamentos, entre outros. Tomando a
135 palavra, o senhor Ércio Kriek parabenizou o promotor por seu posicionamento, e citou que no caso

136 de Pomerode, há uma situação delicada, em que há loteamentos e desmembramentos aprovados, mas
137 não é possível realizar construções devido à distância mínima a ser deixada do rio, e isto pode gerar
138 problemas para os cidadãos. Também citou a diferença da legislação brasileira e de outros países, e
139 então solicitou a opinião do promotor nesta questão. Novamente com a palavra, o senhor Leonardo
140 Todeschini citou que realmente a legislação internacional é melhor elaborada. Falou ainda que o
141 problema envolve novas construções em APPs, e que quando se trata de regularização fundiária,
142 aplica-se em construções já existentes. No caso atual, a legislação fala de situações de áreas maiores
143 que um lote, que chama-se núcleo urbano consolidado, que pode ou não coincidir com determinado
144 loteamento; em todas as áreas com características de ocupação humana de caráter definitivo, deve ser
145 dado o mesmo tratamento a todos os lotes, que aí aplica-se o mínimo de 15 metros de distância do
146 rio, e isso geralmente é bem aceito pela população. Salientou que esta é uma opinião pessoal, mas
147 que isto também é trazido em estudo do Ministério Público Federal, portanto o Ministério Público
148 Estadual pode mudar seu posicionamento, que atualmente é divergente. Citou ainda que, com o
149 diagnóstico, pode se aplicar o mínimo de 15 metros de distância na área urbana, mas em áreas rurais,
150 sem ocupação, ou que receberão futuros loteamentos, aplica-se estritamente o Código Florestal. Na
151 sequência, comentou acerca da terraplanagem, citando que foi feito trabalho entre a AMMVI e a
152 promotoria de justiça, onde foi elaborado um projeto de lei e encaminhado aos municípios, e salientou
153 que esta questão é um problema sério em nossa região, mencionando ainda um estudo da FURB que
154 demonstrou que, na tragédia de 2008, mais de 70% dos óbitos foram decorrentes de intervenção
155 humana no relevo. Salientou ainda que não se pretende proibir a movimentação de terra, mas sim
156 aplicar alguns limites e restrições nestas atividades, comentando que em Blumenau isto já é feito há
157 muito tempo, e o desenvolvimento do município não sofreu impacto por isso. Ressaltou também que
158 é comum haver uma resistência inicial em locais que não há restrições, mas que isto é necessário para
159 trazer segurança, pois estas movimentações de terra influenciam até nas cotas de inundação. Ainda
160 lembrou que a terraplanagem também influencia na turbidez da água dos rios, que implica num maior
161 custo para o tratamento desta água. Diante disto, solicitou que os prefeitos analisem estes projetos,
162 que seja feito trabalho de esclarecimento com as Câmaras de Vereadores, inclusive com auxílio da
163 AMMVI, pois este trabalho é de extrema relevância. Na sequência, tratou sobre os Termos de
164 Ajustamento de Conduta (TAC) de saneamento, informando que no início do ano optou-se por mudar
165 a forma de acompanhamento destes TACs. Diante disto, será iniciado um trabalho mais próximo da
166 realidade de cada prefeitura, priorizando o diálogo e as tratativas para cada município
167 individualmente, fazendo um diagnóstico para auxiliar o prefeito na tomada de decisões e no avanço
168 da implantação dos sistemas de tratamento de esgoto. Sugeriu, inclusive, que não seja assinado
169 nenhum contrato de programa ou edital de concessão de saneamento sem antes submetê-los à Agência
170 Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Médio Vale do Itajaí
171 (AGIR), pois a Agência pode dar um aconselhamento técnico neste tema para evitar problemas
172 futuros. Por fim, abordou as tratativas que vêm sendo feitas com o Consórcio Intermunicipal do
173 Médio Vale do Itajaí (CIMVI) a respeito do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUNA),
174 tendo em vista que a grande maioria dos municípios da região da AMMVI está fazendo licenciamento
175 ambiental através do Consórcio. Citou que a promotoria tem acompanhado este trabalho, que o
176 CIMVI tem capacidade técnica para auxiliar os municípios, mas que isto não os exime de suas
177 obrigações, especialmente no que diz respeito a fiscalização. Sugeriu ainda que os setores de meio
178 ambiente das prefeituras devem manter um contato próximo com a promotoria de sua comarca,
179 demonstrando que o serviço está sendo realizado com qualidade. Mencionou ainda que o Ministério
180 Público Estadual está realizando um estudo em cada município do estado para verificar se há estrutura

181 suficiente para efetuar o licenciamento ambiental, e se o serviço não for bem executado, esta
182 responsabilidade pode voltar ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). Finalizou então
183 dizendo que todas as promotorias de justiça estão abertas ao diálogo, e agradeceu pela oportunidade
184 de abordar estas questões. A senhora Simoni Mercia Mesch Nones agradeceu pela presença do
185 promotor, abrindo espaço aos prefeitos para questionamentos, e o senhor José Gerson Gonçalves
186 aproveitou para questionar a opinião do Ministério Público acerca da regularização de áreas, a falta
187 de recursos dos municípios para tal, e a assinatura de TAC neste âmbito, e o senhor Leonardo
188 Todeschini explicou que o município deve fazer uma programação para conseguir obter o recurso,
189 mas que não deve assinar um TAC se não tiver como cumpri-lo, sugerindo que seja apresentado o
190 custo para solução desta questão à promotoria da comarca, e que se tente negociar prazos e condições.
191 Novamente a vice-presidente institucional agradeceu pela presença do senhor Leonardo Todeschini
192 e pelos apontamentos feitos. Por fim, nada mais havendo a tratar, a assembleia foi encerrada, e para
193 constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por
194 mim, pelo senhor presidente e pelo senhor diretor executivo da AMMVI.



Mário Hildebrandt
Presidente
Prefeito de Blumenau



José Rafael Corrêa
Diretor Executivo



Giovana Peron
Giovana Peron
Secretária Executiva

195